Capítulo 4

A primeira grande guerra e a declaração Balfour

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A primeira grande guerra e a declaração Balfour. pp. 112-152. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 4

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA E A DECLARAÇÃO BALFOUR

A Palestina tem as dimensões de um condado e os problemas de um continente.

Koestler

Em contraste com o que acontecia durante a Segunda Guerra Mundial, quando encontramos todo o povo judeu unido em sua oposição ao totalitarismo nazi-fascista, não houve ao tempo da guerra de 1914-1918 uma atitude uniforme entre os judeus. De um modo geral pode-se dizer que contribuíram lealmente para o esforço de guerra dos países de que eram súditos ou onde residiam¹ – na Alemanha muitos sionistas ali radicados se apresentaram como voluntários, e também na França, em 1914, uns dez mil judeus integraram um regimento de voluntários estrangeiros. Havia, porém, uma exceção: os sionistas russos, que por motivos perfeitamente compreensíveis desejavam a derrocada do czarismo (sem que isso os tornasse, de modo algum, pró-alemães). É, contudo, interessante destacar que a parcela do povo judeu que se achava do lado dos aliados era bem mais numerosa e significativa do que a outra.

Uma situação particularmente difícil foi a da coletividade judaica da Palestina, que viu, de um momento para outro, todas as suas realizações – conseguidas à custa de tanto sacrifício – ameaçadas de completa destruição.

¹ Moshe Shertok (Sharett), por exemplo, foi um dos que serviram no Exército Otomano.

Tão logo a Turquia entrou no conflito (o que se deu em fins de outubro de 1914), as minorias existentes na Palestina começaram a ser violentamente oprimidas. A comunidade judaica havia proclamado sua lealdade à Turquia, oferecendo o Hashomer e seus serviços ao exército; as autoridades, porém, permaneceram surdas aos protestos de lealdade, e o oferecimento do Hashomer foi recusado.

O comandante em chefe das tropas turcas na Síria e Palestina, Jemal Pachá, alegou, como pretexto para perseguir os judeus, sua suspeita de que todos eles praticavam a espionagem a favor dos aliados. A generalização era obviamente absurda, mas conhece-se caso de Sarah Aaronsohn (irmã de Aaron) que, tendo juntamente com outros membros de sua família e alguns amigos a convicção de que não haveria futuro para o sionismo sob uma Turquia vitoriosa, fornecia informações aos ingleses, que vinham buscá-las, por mar, em Atlit, dali levando-as ao Cairo (havia também um serviço de pombos-correio). Presa, foi Sarah Aaronsohn durante três dias submetida a pavorosas torturas, acabando por recorrer ao suicídio para não divulgar o que sabia. Fazia ela parte de uma rede de espionagem pró-britânica, dirigida por Aaron Aaronsohn e Avshalom Feinberg (jovem poeta que morreria assassinado por salteadores beduínos no deserto do Sinai) e conhecida por Nili (iniciais hebraicas para a expressão bíblica “a Eternidade de Israel não se desvanecerá”). Não tinham, contudo, qualquer apoio, nem simpatia, dos líderes de então da comunidade judaica palestinese (o Hashomer chegou mesmo a prender um dos chefes da Nili)².

No início de 1915, ao mesmo tempo em que divulgava um manifesto contra “os elementos subversivos que visam à criação de um governo judeu na parte palestinese do Império Otomano” (referência clara e inequívoca aos sionistas), ordenou Jemal Pachá fechamento do Anglo-Palestine Bank, a dissolução do Hashomer o confisco das armas que as colônias agrícolas possuíam para sua proteção (nessas colônias, porém, o confisco não se limitou às armas – foram também levados os animais e a colheita, e as árvores frutíferas foram cortadas para servir de lenha nas locomotivas).

² Terminada a guerra, demonstrariam os britânicos uma completa falta de gratidão para com os elementos da Nili. Não foram mencionados em nenhum relato oficial ou oficioso da campanha da Palestina, e os integrantes do Bureau Árabe do Cairo (justamente os que mais se aproveitaram dos seus serviços) revelar-se-iam após a guerra inimigos implacáveis do sionismo.

Possuir selos do Fundo Nacional Judaico tornou-se crime passível de morte. O Dr. Ruppín, não obstante sua cidadania alemã, foi expulso de Jaffa, e o Dr. Jacobson teve de deixar Constantinopla. Numerosos judeus foram presos e torturados, outros (entre eles Ben-Gurion e Ben-Zvi) expulsos, e alguns até executados³. (Deve-se, contudo, reconhecer que, de certo modo, Jemal Pachá mostrou-se imparcial, pois mandou também executar vários árabes, acusados de planejar uma rebelião.)

O Escritório Palestinense da Organização Sionista continuou, entretanto, a funcionar, mas não mais em Jaffa e sim em Jerusalém, onde mantinha contato com autoridades turcas e representantes de outros governos. Criou esse Escritório um serviço de assistência à comunidade judaica do país, assolada pela fome e por doenças, e na primavera de 1915 também por uma terrível praga de gafanhotos que destruiu quase todos os vinhedos e laranjais⁴. Para chefiar a campanha contra os gafanhotos nomeou Jemal Pachá o cientista Aaron Aaronsohn; foi em decorrência disso que ele pôde ter livre acesso a qualquer parte do país, colhendo assim informações vitais à Inglaterra⁵.

Com muitos dos seus membros integrando individualmente as forças armadas dos seus respectivos países, manteve-se a Organização Sionista oficialmente neutra. Não obstante fortes divergências de opinião, sua sede continuou em Berlim, ficando sob a direção dos dois membros alemães do Executivo (Warburg e Hantke). Prevaleceu assim o ponto de vista de que a permanência na capital alemã poderia ser útil no sentido de conseguir da Alemanha uma intervenção junto aos seus aliados turcos em favor dos judeus da Palestina. (De fato, os alemães – é verdade que por interesse próprio – procuraram refrear os turcos em sua hostilidade aos judeus). Já a sede do Fundo Nacional Judaico foi transferida de Colônia para Haia, onde ficou sob a direção de Jacobus Kann. E para que se pudesse manter o

³ Só não foram maiores as vicissitudes impostas aos judeus palestinos devido à intercessão de diplomatas alemães e do embaixador americano na Turquia, Henry Morgenthau.

⁴ Importantes contribuições – em dinheiro, alimentos e suprimentos médicos – vieram do exterior, principalmente da coletividade judaica norte-americana, então liderada por um ilustre jurista, o juiz Louis D. Brandeis.

⁵ Em 1916 Aaronsohn foi à Inglaterra e em 1917 ao Cairo, ali trabalhando para o serviço secreto britânico. Segundo o general Allenby, foi ele o principal responsável pela organização do serviço secreto por detrás das linhas turcas.

contato com os diversos órgãos que constituíam a Organização Sionista, criou-se, em outra capital neutra, Copenhague, um escritório especial, inicialmente sob a direção do Dr. Yechiel Tschlenow⁶ e depois do Dr. Jacobson e Leort Motzkin.

Alguns sionistas, porém, desejavam uma participação mais saliente na guerra, com unidades militares formadas inteiramente por judeus. Nesse sentido distinguiram-se dois sionistas russos: Joseph Trumpeldor (militar) e Vladimir Jabotinsky (jornalista). Detenhamo-nos um pouco no primeiro, cuja carreira pode ser classificada, sem exagero, como ímpar.

Como membro das forças armadas do Império Russo participou Trumpeldor da guerra russo-japonesa, não tardando a se destacar por vários atos de excepcional bravura que lhe valeram diversas condecorações importantes (fato já em si extraordinário, dado o notório antisemitismo das autoridades militares russas). Gravemente ferido por estilhaços de granada em Porto-Artur, teve seu braço esquerdo amputado. Mesmo assim, solicitou permissão para retornar ao *front*, e combatendo a sabre e pistola impôs-se à admiração dos seus superiores⁷. Em 1907 – acontecimento absolutamente inédito no exército czarista – foi promovido ao oficialato, sendo-lhe sua carta-patente entregue pessoalmente por Nicolau II. Único oficial judeu no exército russo, poderia atingir posições a que nenhum de seus correligionários ousaria aspirar; abandonou, porém, todas as oportunidades que lhe eram oferecidas em troca do ideal sionista, transferindo-se em 1912 para a Palestina.

Ao estourar a guerra de 1914 dirigiu-se Trumpeldor para Alexandria. Nessa cidade encontrou-se com Jabotinsky, que ali exercia suas atividades profissionais como correspondente de um jornal moscovita. Chegaram ambos à conclusão de que os judeus só poderiam conseguir a Palestina se por ela derramassem seu sangue.

⁶ O Dr. Tschlenow fora eleito em 1913 para o Executivo. Gozando de excelente reputação profissional como médico (era um dos poucos judeus com permissão para residir em Moscou), sacrificou uma carreira brilhante para se dedicar inteiramente à causa sionista. Faleceu em princípios de 1918.

⁷ Curioso contraste: enquanto Trumpeldor combatia pelo czar, outro judeu de mérito, o filantropo americano Jacob Schiff, influenciado pelos pogromes, colaborava na prestação de auxílio financeiro ao Japão.

Aproveitando-se do fato de se encontrarem no Egito várias centenas de refugiados palestinos, decidiram Trumpeldor e Jabotinsky tentar organizar uma legião judaica, cujos serviços seriam oferecidos à Inglaterra. A 5 de março de 1915 teve Trumpeldor, à frente de uma delegação de judeus, uma entrevista com um alto oficial do estado-maior britânico. Este fez objeções à pretensão de Trumpeldor, declarando que o governo inglês se opunha a que uma legião judaica combatesse na Palestina logo no início do conflito, e além disso nem se cogitava uma ofensiva naquela frente. Alguns dias depois chegava a Alexandria o general Maxwell, vindo do Cairo com ordens expressas para concluir as negociações. Perante ele foi renovado o apelo para que se autorizasse a formação de uma legião judaica, a fim de combater ao lado das forças britânicas pela libertação da Palestina. Respondeu Maxwell: “De acordo com a lei não tenho, infelizmente, o direito de acolher soldados estranhos no exército inglês. Posso propor-lhes somente uma coisa – aproveitar seus jovens para a formação de um destacamento de transporte, utilizando-os numa outra frente turca. Mais não posso fazer”. Mas, para suavizar o efeito dessas palavras sem dúvida decepcionantes, acrescentou: “O povo inglês dirige-se por minha boca ao povo judeu com um sentimento de amizade. Essa amizade, com certeza, continuará também futuramente na Palestina judaica. Querem, pois, apertar a mão que se lhes estende ou repeli-la?” Talvez entusiasmado pela expressão “Palestina judaica”, Trumpeldor aceitou, imediata e incondicionalmente, a proposta britânica. Os demais membros da delegação, porém, ficaram bem desapontados – a função de arrieiro parecia-lhes pouco honrosa, e achavam indigno que uma legião judaica fosse constituída apenas por carregadores com mulas; além disso, que lhes interessava “uma outra frente turca”? Trumpeldor, porém, fez-lhes ver que a diferença entre os que lutavam nas trincheiras e os que se ocupavam dos transportes militares era muito menor do que pensavam, e que a vida de uns corria tanto perigo quanto a dos outros; no que dizia respeito ao nome de *Mule Corps* (tradução literal: Corpo de Mulas), era infantilidade envergonhar-se disso, e quanto à Palestina o essencial era derrotar os turcos, não importando a frente onde isso seria conseguido.

Surgiu assim, em vez da almejada legião de combatentes, uma legião de carregadores, com a função de conduzir às linhas de frente mulas carregadas de munições e provisões, e tendo a denominação oficial de *Zion Mule Corps* (o que pode ser traduzido, de modo não literal, como Unidade

Sionista de Arrieiros); possuíam, no entanto, uma bandeira própria com a estrela de Davi. O comando foi entregue ao coronel irlandês John Henry Patterson – protestante, estudioso de Bíblia e grande amigo do povo judeu⁸. Trumpeldor, com o posto de capitão, era o subcomandante.

Ao todo eram 652 homens em serviço ativo, mas se a quantidade era escassa sobrava-lhes idealismo. Em abril de 1915 chegaram a Gallipoli, junto aos Dardanelos. Ali, dia e noite, quase que ininterruptamente e sob cerrado fogo da artilharia inimiga, iam até as posições avançadas levando água, alimentos e munições. A atuação de Trumpeldor e seus companheiros mereceu de Sir Ian Hamilton, comandante em chefe das forças aliadas em Gallipoli, a seguinte referência:

Eles trabalhavam calmamente com suas mulas debaixo do fogo mais intenso, demonstrando assim, a meu ver, maior coragem do que os soldados entrincheirados nas linhas de frente, pois não eram atingidos pela excitação do ambiente de batalha que entusiasma estes últimos.

Quando, em novembro de 1915, o coronel Patterson adoeceu gravemente, assumiu Trumpeldor o comando do corpo. Mas a campanha dos Dardanelos, tanto na sua parte naval quanto na terrestre, fracassou inteiramente. Em maio de 1916, não obstante os protestos dos seus integrantes, o Zion Mule Corps foi dissolvido⁹ (120 alistaram-se, como voluntários, no Exército Britânico, sendo enviados à Inglaterra para treinamento).

Trumpeldor, contudo, não desanimou, e em fins de 1916 chegava a Londres a fim de auxiliar Jabotinsky que ali desenvolvia intensa propaganda pela formação de uma nova legião judaica (Jabotinsky já tentara, sem qualquer êxito, alcançar o mesmo objetivo em Paris e Roma). Na capital inglesa tiveram valioso apoio de influentes personalidades não judias, entre as quais o jornalista Cyril P. Scott, o político Leopold Amery e o general Jan Christian Smuts (que declarou: “É a melhor ideia que ouvi em minha vida, que os próprios judeus lutem pela Terra de Israel”)¹⁰.

⁸ Escreveu ele dois livros: Com os Sionistas em Gallipoli (publicado em 1916) e Com os Judeus na Campanha da Palestina (1922).

⁹ Houve 63 baixas (8 mortos, 55 feridos), e muitos dos seus membros foram condecorados.

¹⁰ Trumpeldor conseguiu interessar Kerensky num plano bastante vago referente à organização de um exército judeu de 120 000 homens com a finalidade de atacar a Palestina pelo norte, a ideia, porém, não iria avante devido à queda de Kerensky.

Dessa vez, porém, não se tratava de um simples grupo de transporte, mas de unidades combatentes. Um poderoso incentivo foi proporcionado pelo grande número de refugiados russos que se encontravam na Inglaterra: como súditos de uma potência aliada estavam naturalmente sujeitos a pressões para servir ao seu país, mas sendo notórias as perseguições a que ainda continuavam submetidos os judeus na Rússia, ficaria a Inglaterra moralmente em situação difícil se obrigasse esses refugiados a retornar ao seu país de origem – daí a alternativa de aproveitá-los numa “legião judaica”. Com esses refugiados, e voluntários não só ingleses mas também da Argentina e Canadá¹¹, foram organizados inicialmente dois batalhões: o 38º e o 39º de Fuzileiros Reais – o primeiro sob o comando do nosso já conhecido coronel Patterson (e entre os voluntários que o compunham encontrava-se o famoso escultor Jacob Epstein), e o segundo comandado por um oficial judeu do exército australiano, o coronel Eliézer Margolin (e dele fez parte futuro primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, que foi promovido a cabo). Posteriormente formou-se, com judeus palestinos, o 40º Batalhão de Fuzileiros Reais, constituindo os três que se convencionou, na história do sionismo, chamar de Legião Judaica¹² (só não se chegou a formar um Regimento Judeu com esse nome devido à enérgica oposição de influentes judeus ingleses). Sob o comando geral de Sir Edmund Allenby, participaram ativamente das operações contra a Turquia (fins de 1917 e 1918), e em particular da libertação da Palestina. Sobre a atuação desses voluntários judeus (entre os quais havia um número considerável de intelectuais e membros de profissões liberais – o que não era muito do agrado das autoridades militares britânicas no Oriente Médio, já então interessadas em cortejar os árabes) assim se manifestou o coronel Patterson: “Comandei ingleses, irlandeses, escoceses – todos bons soldados. Comandei as tropas judaicas em Gallipoli, no Egito e na Palestina, e posso assegurar que em todas as ocasiões e de todas as maneiras o soldado judeu manteve as melhores tradições do Exército Britânico”.

Já se tornou lugar-comum afirmar que nem sempre o destino das nações se decide nos campos de batalha. E no próprio sionismo, não será

¹¹ Entre os canadenses (aliás poucos) figurava Bernard (depois Dov) Joseph, que se distinguiria na guerra da independência de Israel como governador militar de Jerusalém, vindo a ocupar depois funções relevantes na administração israelense.

¹² Integravam a Legião Judaica, como soldados, Ben-Zvi e Levi Eshkol, futuros presidente e primeiro-ministro de Israel.

demais lembrar, Herzl sempre se norteara por rumos políticos. Logo após a deflagração da guerra, alguns sionistas anglófilos acharam que seria oportuno chegar a um entendimento com o governo britânico a respeito do futuro da Palestina. A iniciativa dessa ação coube ao Dr. Chaim Weizmann, que residindo desde 1904 na Inglaterra, e já naturalizado inglês, ingressara em 1913 para o corpo docente da Universidade de Manchester como professor de Bioquímica¹³. Foi nessa grande cidade industrial que Weizmann conheceu, por simples acaso, numa festa particular, Cyril P. Scott, redator-chefe do importante jornal *Manchester Guardian*. Novos encontros se seguiram, formando-se entre ambos uma sólida amizade. A 16 de setembro escrevia Weizmann a G reenberg:

...Tive hoje uma longa conversa com C. P. Scott; ele está pronto a nos ajudar em qualquer esforço a favor dos judeus. Mostrou-se disposto a falar com Grey¹⁴ logo que tenhamos uma proposta prática a submeter. Ele tem muita influência, e nos poderá ser útil.

Scott, figura não só influente mas também altamente respeitada na vida pública inglesa, tornou-se em pouco tempo um simpatizante entusiasta da causa sionista e fervoroso admirador de Weizmann; em seu jornal pôs-se a defender vigorosamente a tese de que uma comunidade judaica forte na Palestina seria para a Inglaterra um aliado grato e de confiança, constituindo um conveniente Estado-tampão para a defesa de Suez.

Por intermédio de Scott seria Weizmann apresentado a alguns membros do Gabinete britânico. Foi assim que teve, em dezembro de 1914, sua primeira entrevista com Lloyd George, então ocupando a pasta do Tesouro. Achava-se também presente outro membro do governo, Herbert Samuel. Este (primeiro membro da comunidade judaica a ter assento num Gabinete britânico), por iniciativa própria, falara no mês anterior com Sir Edward Grey a respeito do futuro da Palestina; aventando nessa ocasião a hipótese de “surgir uma possibilidade de concretização da antiga aspiração do povo judeu”, acrescentara: “Se fosse estabelecido um Estado Judeu na Palestina, poderia ele tornar-se o centro de uma nova cultura. O cérebro judeu é algo de extraordinário, e sob auspícios nacionais poderia o Estado tornar-se um manancial de esclarecimento e uma fonte de grande literatura

¹³ Vemos pois que o ardoroso “prático” de alguns anos atrás transformava-se num dos principais expoentes do sionismo “político”.

¹⁴ Sir Edward Grey, secretário do Exterior.

e arte, bem como de desenvolvimento científico”. (Grey não se entusiasmou, mas também não se mostrou hostil à sugestão de seu colega). A Weizmann, informou Herbert Samuel estar redigindo um memorando sobre a criação de um Estado Judeu na Palestina, a ser apresentado ao primeiro-ministro, Herbert H. Asquith.

Continha o memorando de Herbert Samuel um pedido ao governo britânico para que este, na partilha dos domínios turcos, ficasse com a Palestina, abrindo-a a uma imigração judaica controlada e reconstruindo-a como um centro judaico que no devido tempo (com os habitantes judeus já constituindo maioria) obteria autonomia. Em janeiro de 1915 foi entregue ao primeiro-ministro; este, considerando-o “ditirâmico”, anotou em seu Diário:

Recebi de Herbert Samuel um memorando intitulado “O Futuro da Palestina”. Estende-se consideravelmente, e com alguma veemência, a favor da ocupação britânica da Palestina, um território do tamanho do País de Gales, com muitas montanhas estéreis e uma parte sem água. Ele pensa que nesse território não muito promissor poderíamos instalar cerca de três ou quatro milhões de judeus europeus, e que isso teria um efeito benéfico sobre os que forem deixados atrás. Parece quase uma nova edição, atualizada, do *Tancred*. Confesso que não me atrai essa adição às nossas responsabilidades, mas constitui uma curiosa ilustração do aforismo de Dizzy – “Raça é tudo”¹⁵ – encontrar essa erupção quase lírica saindo do cérebro metódico e bem-ordenado de Herbert Samuel. Curioso, o único outro partidário dessa proposta é Lloyd George, e não é preciso que eu diga que ele não dá a mínima importância aos judeus e ao seu passado e futuro, mas acha que seria uma afronta permitir que os Lugares Santos se tornem possessão ou protetorado da França “agnóstica e ateuista”.

Parece-nos inteiramente injusta a referência de Asquith a Lloyd George, pois este já ao tempo do “projeto de Uganda” revelara interesse pelo sionismo; e segundo Herbert Samuel, havia, além de Lloyd George, um outro “partidário” nos círculos governamentais: Lord Haldane, que em

carta a Herbert Samuel demonstrara um “interesse amistoso” por suas propostas¹⁶.

Quase ao mesmo tempo que Asquith reagia de maneira tão pouco calorosa ao memorando de Herbert Samuel, esteve Weizmann em Paris, onde a conselho do barão Rothschild procurou o embaixador britânico, Lord Francis L. Bertie. Foi recebido friamente, e após a visita lançou Lord Bertie a seguinte anotação em seu Diário:

Edmond de Rothschild mandou um correligionário estabelecido em Manchester para “falar” sobre o que eu penso ser um plano absurdo, embora digam que conta com a aprovação de Grey, Lloyd George, Samuel e Crewe¹⁷. Visa tal plano a formação de um Estado Israelita na Palestina sob a proteção da Inglaterra, França ou Rússia, de preferência Inglaterra... Que diriam disso o Papa, a Itália, a católica França com o seu ódio aos judeus?

Diferentemente de Grey, Asquith e Bertie¹⁸, a atitude de Lloyd George foi, de certo modo, encorajadora: prometeu ele a Weizmann interessar-se pela questão, mas advertiu que se deveria esperar forte oposição de alguns círculos judaicos.

Nem só os sionistas, porém, se achavam a essa altura grandemente interessados numa possível partilha dos domínios do sultão – já no início de 1915 as principais potências aliadas iniciavam entre si consultas e negociações a respeito do futuro dos territórios que então faziam parte do Império Otomano. Assim, em março, foi recebida em Londres uma comunicação do governo francês em que este dizia estar disposto a reivindicar para a França o controle da Síria (Palestina inclusa). Em junho veio a resposta inglesa: a reivindicação francesa quanto à parte norte da Síria podia ser considerada, mas devido à importância mundial da Terra Santa, a cidade de Jerusalém e áreas adjacentes deveriam ficar sob uma espécie de administração internacional. (É, claro que o principal motivo da oposição britânica era outro, de natureza estratégica: devido à sua

¹⁵ Referência a Disraeli, em cuja novela *Coningsby* um personagem diz: “Raça é tudo; não há outra verdade”. *Tancred* é outra obra sua – nela, o herói, um jovem aristocrata, desiludido com o vazio da vida política inglesa, empreende uma viagem a Jerusalém, peregrinando pela Terra Santa em busca de inspiração.

¹⁶ Quanto a Asquith, nunca chegaria a levar o sionismo a sério, nem depois de visitar a Palestina em 1924. Não nutria, porém, qualquer preconceito antijudaico.

¹⁷ Marquês de Crewe, secretário de Estado para a Índia.

¹⁸ Lord Bertie (que um político francês descreveu como um “fidalgo mesquinho”, e de quem Luigi Albertini disse ser incrível “que um diplomata ocupando lugar tão importante pudesse ter tão pouco discernimento”) também não mudaria de opinião, e ainda depois da Declaração Balfour continuava classificando o sionismo como “um disparate”.

proximidade do canal de Suez não convinha aos ingleses que a Palestina ficasse sob domínio de outra potência, possivelmente rival).

Os árabes igualmente não ficariam desinteressados pela questão. Com data de 14 de julho de 1915, o xarife de Meca, Hussein (cujo apoio ativo os ingleses estavam ansiosos por conseguir), enviou a Sir Henry McMahon, alto-comissário britânico no Egito, uma carta expondo as condições sob as quais se dispunha a colaborar com a Grã-Bretanha contra a Turquia: reconhecimento da independência dos “países árabes” no quadrilátero formado pela Síria (Palestina inclusive), Iraque e toda a Península Arábica com exceção de Aden; estabelecimento de uma aliança defensiva entre a Grã-Bretanha e os Estados árabes soberanos: atribuição do califato ao próprio Hussein. Resposta de Sir Henry McMahon (30 de agosto): concordância quanto à independência dos países árabes e califato, mas qualquer fixação de fronteiras era prematura. Hussein insiste – envia outra carta (9 de setembro), renovando todas as suas exigências anteriores. Respondeu McMahon a 24 de outubro: a Grã-Bretanha dispunha-se a reconhecer e apoiar a independência dos árabes apenas no que dizia respeito àquelas “partes nas quais se achava com liberdade de agir sem prejuízo para os interesses da França, sua aliada”. E mais – que “os distritos de Mersina e Alexandretta e as partes da Síria a oeste dos distritos de Damasco, Homs, Hama e Alepo não podem ser consideradas como exclusivamente árabes, devendo por isso ser excluídas dos limites propostos”. A troca de correspondência prosseguiu, e a 25 de janeiro de 1916 McMahon, já um tanto impaciente, advertia Hussein de que não deveria esperar mudanças de atitude do governo inglês quanto à parte costeira da Síria. A 18 de fevereiro, finalmente, Hussein aceitava as condições britânicas.

Em março de 1916 o tema palestinese passou momentaneamente a ser abordado na Rússia. Foi quando o embaixador britânico, Sir George Buchanan, entregou ao ministro do Exterior russo, Sergei D. Sazonov, uma mensagem de Sir Edward Grey comunicando que “a atenção do Governo de Sua Majestade havia sido recentemente despertada para a questão da colonização judaica na Palestina”. Nessa mensagem dizia-se que “a ideia sionista contém possibilidades políticas do mais longo alcance, pois podemos esperar usá-la de modo tal que traga para nosso lado as forças judaicas da América, do Oriente, e de outros lugares, que atualmente são larga, se não preponderantemente, hostis a nós”. Sugeria-se ainda a possibilidade de ulterior autonomia judaica na Palestina (com exceção de

Jerusalém e Lugares Santos), e mais adiante explicava-se que “o único objetivo do Governo de Sua Majestade é chegar a um acordo que seja suficientemente atraente à maioria dos judeus e nos permita realizar uma transação que assegure o apoio judaico”. E concluía pedindo sobre tudo isso a opinião do governo russo¹⁹.

Quatro dias depois veio a resposta de Sazonov: “Quanto à Palestina, está a Rússia disposta a aprovar qualquer projeto que resguarde a liberdade de acesso a todas as instituições ortodoxas e os direitos existentes, e em princípio não fará objeção ao estabelecimento de colonos judeus no país”. (É claro – com a maioria dos colonos vindo da Europa Oriental, isso traria à Rússia uma dupla vantagem: reduziria o número de judeus na Rússia e ao mesmo tempo aumentaria o número de russos na Palestina)²⁰.

Enquanto isso, França e Inglaterra estavam em negociações para delimitar as respectivas esferas de influência no Oriente Médio. As negociações foram conduzidas por Sir Mark Sykes, membro do Parlamento e especialista em questões de Oriente Médio (nessa qualidade prestando serviços ao governo inglês), e Charles François Georges-Picot, do Ministério do Exterior da França (e ex-cônsul-geral francês em Beirute)²¹. Após alguns meses de conversações, chegou-se a um acordo (assinado a 16 de maio de 1916 e posteriormente aprovado pelo governo czarista) conhecido pela denominação de Acordo Sykes-Picot²². Estabelecia o seguinte: a França ficaria com a região costeira da Síria ao norte de Haifa, e outros territórios da Ásia Menor; a Grã-Bretanha teria a parte sul da Mesopotâmia e os postos palestinos de Acre e Haifa (por onde, contudo, as mercadorias francesas teriam trânsito livre); os ingleses construiriam uma ferrovia Haifa-Bagdá; a zona compreendida entre os territórios franceses e britânicos formaria uma confederação de Estados Árabes ou um

¹⁹ Telegrama contendo idêntica consulta foi enviado à Embaixada Britânica em Paris.

²⁰ Os franceses se mostraram mais reservados – declararam preferir aguardar outra oportunidade para se definir sobre o futuro da Palestina.

²¹ Sir Mark Sykes, cuja opinião sobre os judeus era até então inteiramente negativa, tornar-se-ia pouco tempo depois simpatizante do sionismo (levado a isso por Herbert Samuel). Veio a falecer no início de 1919, aos 40 anos incompletos, decepcionado com as dificuldades que surgiam entre judeus e árabes.

²² O presidente Wilson, ao ouvir falar pela primeira vez nesse acordo (por ocasião das negociações de paz em Versalhes), comentou: “Isto soa como uma nova firma de chá: Sykes-Picot”.

Estado Árabe independente (dividida, porém, em duas zonas de influência – uma britânica, outra francesa). No que se referia expressamente à Palestina, estipulava-se que “a fim de proteger os interesses religiosos das potências da Entente” seria aquele país “separado do território turco e submetido a um regime especial a ser determinado por acordo entre aliados e representantes do xarife de Meca”. Representava tal acordo uma tentativa de conciliação entre as aspirações francesas e as promessas feitas a Hussein (as aspirações sionistas, vê-se logo, não eram então tomadas em consideração). A princípio mantido secreto, acabaria por ser posto de lado, principalmente devido à entrada dos Estados Unidos na guerra.

Voltemos à Inglaterra, onde em fins de 1915 o Dr. Weizmann (que já alcançara certa notoriedade como cientista) foi convidado a prestar seus serviços profissionais ao Almirantado, então enfrentando séria crise provocada pela falta de acetona. Weizmann já vinha desde setembro trabalhando para o recém-formado Ministério das Munições como consultor químico sobre suprimentos de acetona²³. A importância da acetona residia no fato de ser ela o solvente utilizado na fabricação de cordite (uma espécie de pólvora sem fumaça, de que se fazia a carga dos cartuchos dos projéteis da Marinha); sem esse solvente seria necessário introduzir modificações de monta nos canhões navais. Weizmann recebeu carta branca para solucionar o problema da melhor maneira possível. Trabalhando intensivamente, conseguiu resolver a questão com pleno êxito, descobrindo um processo novo para a produção de acetona em larga escala.

Esse trabalho possibilitou a Weizmann entrar em contato mais estreito com os círculos governamentais britânicos, principalmente com Arthur James Balfour, primeiro Lord do Almirantado (posto em que substituíra Winston Churchill). Não foi esse, porém, o primeiro contato de Weizmann com Balfour – Weizmann já tivera oportunidade de falar com ele em janeiro de 1906 (nessa época era Balfour líder da oposição conservadora). Não obstante os vários anos decorridos, Balfour não esquecera o ardoroso sionista, e logo que Weizmann entrou em seu gabinete de trabalho ouviu dele as seguintes palavras: “O senhor não mudou muito desde que nos encontramos. Sabe, estive pensando a respeito daquela nossa conversa, e acredito que quando os canhões silenciarem o senhor poderá ter

sua Jerusalém”. Posteriormente Balfour convidaria Weizmann a visitá-lo em sua residência, a fim de conversarem mais à vontade. O convite foi aceito, e a conversa durou algumas horas; no fim disse Balfour: “O senhor está trabalhando por uma grande causa. Gostaria que voltasse com frequência”.

Balfour trazia da juventude um interesse profundo pela história e civilização judaicas, tendo em alta conta a contribuição dos judeus à cultura ocidental. Informa-nos Blanche E. C. Dugdale, sua sobrinha e biógrafa:

Ele discernira por detrás da ideologia sionista uma determinação que o atraía como filósofo e o impressionava como estudioso da história. Ele se convencera de que o renascimento do sentimento de unidade judaica não era menos digno de respeito que outros movimentos nacionais do mundo moderno, os quais eram mais bem compreendidos porque se originavam de povos geograficamente unidos... Lembro-me de minha infância, absorvendo dele a ideia de que a religião e a civilização cristãs tinham para com o judaísmo uma dívida incomensurável, vergonhosamente mal paga.

Não faltaram a Weizmann colaboradores em seu trabalho sionista. Em princípios de 1916 um grupo de judeus ingleses (entre eles Harry Sacher, Simon Marks e Israel Sieff, todos eles amigos de Weizmann), juntamente com um não judeu – o jornalista Herbert Sidebotham, redator político e cronista militar do *Manchester Guardian* – fundaram, para fins de propaganda, o British Palestine Committee, entre cujas atividades se destacava a publicação de um semanário denominado *Palestine*. Os artigos que nele apareciam eram em geral eruditos e esclarecidos (o semanário era lido regularmente no Ministério da Guerra e nas redações dos principais jornais), provocando apreciável interesse. Todos os números eram encabeçados pela seguinte frase: “O British Palestine Committee procura reconstituir as antigas glórias da nação judaica na liberdade de um novo domínio britânico na Palestina”.

Em maio de 1916 o fato mais saliente ocorreu nos Estados Unidos, sendo o mesmo um discurso proferido na cidade de Cincinnati por Henry Morgenthau, que acabara de deixar as funções de embaixador americano na Turquia. Nesse discurso, que alcançou considerável publicidade, havia, em destaque, uma referência à Palestina. Declarou Morgenthau haver sugerido recentemente ao governo turco a venda da Palestina, após a guerra, aos sionistas; que sua proposta fora bem recebida, tendo-se chegado até a

²³ O ministro das Munições era Lloyd George, que em 1925 diria: “Foi a acetona que me converteu ao sionismo...”.

discutir cifras. Mas com a derrota da Turquia essa ideia – aliás bastante mal recebida na Inglaterra, que não encarava favoravelmente qualquer possível acordo entre turcos e judeus americanos – ficaria inteiramente fora de cogitações²⁴.

Pouco depois foi publicado em Londres (tiragem de 3.000 exemplares) um livro intitulado *O Sionismo e o Futuro Judaico*. Tratava-se de uma coletânea de ensaios organizada por Harry Sacher, que, apresentando o livro, explicou ser seu objetivo “mostrar aos leitores de língua inglesa o significado e as realizações do sionismo”. Entre os autores dos ensaios figuravam Weizmann, Moses Gaster e Norman Bentwich. O livro não causou maior impressão no público em geral, mas os antissionistas ficaram profundamente ofendidos com uma afirmação de Weizmann: “A posição do judeu emancipado, embora ele próprio não o compreenda, é ainda mais trágica que a de seu irmão oprimido”. Entretanto, Lord Cromer, comentando o livro no *Spectator* (12 de agosto de 1916), declarou que o sionismo já se tornara uma força que era preciso levar em conta; e concluía: “Embora possivelmente a questão judaica não amadureça tão depressa quanto alguns dos sionistas mais entusiastas consideram provável, ela está se tornando rapidamente uma questão prática, e em breve os políticos não poderá mais pô-la de lado como o sonho fantástico de uns poucos idealistas”.

No fim de 1916 parecia próxima uma grande ofensiva britânica no Oriente Médio, intensificando-se então a atividade dos dirigentes sionistas em Londres. (É interessante assinalar aqui que entre os que participavam ativamente das negociações com “sionismo cultural”, que fora um dos mais intransigentes críticos de Herzl por causa de suas atividades predominantemente políticas). E já em princípios do ano seguinte submetia Weizmann a Sir Mark Sykes um memorando intitulado “Esboço de Programa para uma Nova Administração da Palestina e para a Colonização Judaica da Palestina de Acordo com as Aspirações do Movimento Sionista”. Podemos resumir da seguinte maneira os pontos principais do memorando:

a) reconhecimento de uma nacionalidade judaica distinta na Palestina;

²⁴ Quanto ao próprio Morgenthau, já um ano depois tornava-se antissionista, ressentido, ao que se diz, com a falta de apoio dos sionistas por ocasião de uma tentativa por ele empreendida, em meados de 1917, para conseguir uma paz em separado com a Turquia.

b) participação da população judaica da Palestina no governo local em tudo que diga respeito indistintamente a todos os habitantes;

c) proteção dos direitos das minorias;

d) autonomia nos assuntos exclusivamente judaicos;

e) reconhecimento e legalização das existentes instituições judaicas para a colonização da Palestina.

Com base nesse memorando prosseguiram os entendimentos entre os líderes sionistas e o governo britânico. Neste íterim foi sugerido por Sir Mark Sykes a ida de um desses líderes à França; achava Sykes que o governo francês constituía o principal obstáculo à concretização de um protetorado britânico sobre a Palestina. Um membro do Executivo Sionista, Nahum Sokolow, foi então – um tanto contra sua própria vontade – enviado não só a Paris como também a Roma, para sondar as possíveis atitudes dos governos francês e italiano e do Vaticano. (Em Paris franceses antissionistas planejaram opor-se à missão de Sokolow, mas desistiram de seu intento quando o barão Rothschild lhes passou um pito dizendo que deveriam envergonhar-se de pôr seus próprios interesses acima dos de milhões de judeus russos.).

Antes de empreender sua missão, teve Sokolow, em fevereiro de 1917, um encontro com Picot, então adido à embaixada francesa em Londres. Disse-lhe Picot não haver em sua opinião “possibilidade da França renunciar completamente às suas aspirações sobre a Palestina em favor da Grã-Bretanha”, pois noventa e cinco por cento do povo francês era “fortemente favorável à anexação da Palestina pela França”. Prometeu, contudo, tornar conhecidos ao seu governo os objetivos sionistas.

Levara Sokolow, para servir de base às suas sondagens e negociações, um programa contendo, entre outros, os seguintes itens:

– o Governo Suserano concederá oficialmente à população judaica da Palestina, presente e futura, a condição e os direitos de uma nacionalidade, e essa população gozará de todos os direitos nacionais, políticos e civis;

– o Governo Suserano concederá aos judeus de todos os países amplos e irrestritos direitos de imigração na Palestina.

Em Paris entrou Sokolow em contato com o Ministério do Exterior e com a Alliance Israélite Universelle (então ainda orientada num sentido antissionista). No início de maio encontrava-se em Roma, onde seu primeiro encontro foi com monsenhor Eugênio Pacelli (futuro Pio XII), que aconselhou os sionistas a se manterem bem afastados dos Lugares Santos. Outros encontros em Roma: com o papa Benedito XV, que declarou não se opor o Vaticano ao sionismo desde que os Lugares Santos ficassem devidamente resguardados, acrescentando que “judeus e católicos seriam bons vizinhos na Palestina”;²⁵ com o primeiro-ministro Paolo Boselli, que lhe prometeu apoio moral “dentro dos limites do possível”;²⁶ e com o embaixador russo na Itália, que informou não ter sua Embaixada quaisquer instruções sobre a política russa em relação ao sionismo, mas de qualquer modo recomendou a Sokolow ir devagar.

Já de volta a Paris, a 25 de maio, foi Sokolow recebido por Alexandre Ribot (primeiro-ministro e ministro do Exterior), que lhe afirmou achar-se seu governo disposto a encarar favoravelmente os planos sionistas.

Pouco depois, com data de 4 de junho, receberia Sokolow em Londres uma carta assinada por Jules Cambon (secretário-geral do Ministério do Exterior), reiterando aquilo que já lhe havia sido assegurado verbalmente:

...Governo Francês, que entrou nesta guerra para defender um povo injustamente atacado, e que nela prossegue para assegurar a vitória do direito sobre a força, não pode deixar de ter simpatia pela vossa causa, cujo triunfo está ligado ao dos Aliados.

Temos aqui de retroceder uns dois meses, até abril, quando Balfour (já então ocupando a pasta do Exterior) empreendeu uma viagem aos Estados Unidos. Lá, por intermédio da embaixada britânica, recebeu o juiz Brandeis (desde outubro do ano anterior membro da Corte Suprema dos

²⁵ Que contraste com a recepção feita a Herzl por seu antecessor Pio X! Mas explica-se: já agora, de certa forma, o sionismo captara o interesse de grandes potências, cujos exércitos se encontravam próximos da Palestina. Como tudo em política, porém, era uma questão de momento e conveniência, pois dois anos mais tarde – ainda sob o mesmo pontificado – o Vaticano voltaria a uma posição radicalmente antissionista.

²⁶ O ministro do Exterior, barão Sonnino (de ascendência judaica), recusou-se a receber Sokolow.

Estados Unidos) um telegrama, com data de 21 de abril e assinado por James de Rothschild:

Após meticulosa consideração por todos os dirigentes sionistas e amigos, Ahad Ha-Am, Rothschilds e Herbert Samuel, e discussões com autoridades competentes, opinião unânime única solução satisfatória Palestina Judaica sob protetorado britânico... Opinião pública e autoridades competentes favoráveis. Únicos contrários Wolf²⁷ e amigos. Esta informação estritamente confidencial. Grande ajuda se judeus americanos apoiassem este esquema perante seu governo. Confiamos também pronta expressão sua opinião pessoal e de outros preeminentes judeus americanos. Altamente conveniente que discuta questão com Mr. Balfour durante sua visita.

(Dias depois Weizmann enviou telegrama de teor quase idêntico a Tschlenow, pedindo-lhe interessar o governo russo no programa duma Palestina Judaica sob proteção britânica; tal solicitação, porém, não encontrou receptividade, pois Tschlenow – o mais importante sionista então na Rússia – favorecia pessoalmente uma atitude de neutralidade e espera, baseada no fato de que o resultado da guerra era ainda incerto).

O juiz Brandeis teve três encontros com Balfour (não demorando a surgir entre ambos uma admiração recíproca). Balfour expressou claramente seu apoio pessoal aos objetivos do sionismo, chegando a afirmar, com ênfase: “Eu sou um sionista”.

Visitando logo após o Canadá, manifestou Balfour o desejo de se encontrar com o presidente da Federação Sionista Canadense, Clarence de Sola. A entrevista realizou-se no Palácio do Governo, em Ottawa, tendo Balfour nessa ocasião declarado estar o governo britânico disposto a apoiar o estabelecimento de um lar judaico na Palestina.

Entretanto, à medida que cresciam o interesse e a simpatia do governo inglês pelo sionismo, aumentava também a oposição dos judeus antissionistas. Realizaram estes, a 17 de maio, uma reunião para discutir os termos de uma declaração de repúdio ao sionismo; a divulgação da mesma, porém, foi vigorosamente desaconselhada pelo grão-rabino Dr. Joseph Hertz, presente à reunião como convidado. Seu conselho não foi seguido, e

²⁷ Lucien Wolf, figura bastante conhecida do judaísmo inglês, publicista e homem de grande erudição, intransigente antissionista.

a 24 de maio aparecia no *Times* de Londres, sob o título “Palestina e Sionismo – Opiniões do Anglo-Judaísmo”, uma carta assinada por David L. Alexander (presidente da Junta de Deputados dos Judeus Britânicos) e Claude G. Montefiore (presidente da Associação Anglo-Judaica)²⁸, na qual estes se dissociavam publicamente das propostas sionistas pedindo ao governo inglês a não aceitação das mesmas; alegavam que os judeus constituíam apenas uma comunidade religiosa, não sendo assim possível criar na Palestina “uma nacionalidade judaica laical recrutada de acordo com algum vaga e obscuro princípio de peculiaridade racial e etnográfica”. O *Times* foi inundado de protestos, entre os quais se destacavam os do grão-rabino Dr. Hertz e de Lord Rothschild (mas havia também algumas cartas a favor); e no dia 29, em editorial (para cuja redação Weizmann fora consultado), o próprio jornal tomava posição contra os antissionistas, afirmando acreditar que o sionismo “representa de fato os sentimentos da grande maioria dos judeus... A importância do movimento sionista está em haver inspirado um novo ideal em milhões de judeus indigentes, encerrados nos guetos do Velho e do Novo Mundo”. Em outras ocasiões (23 de agosto 3 e 13 de setembro, 26 de outubro) o *Times* voltaria ao assunto, lançando na balança todo o peso de sua opinião pró-sionista.

Também a Junta de Deputados dos Judeus Britânicos reagiu energicamente: destituiu o seu presidente – que agira à revelia dos demais componentes da Junta – substituindo-o por Sir Stuart Samuel (membro do Parlamento, irmão de Herbert Samuel, moderadamente favorável ao sionismo); uma das duas vice-presidências foi assumida por Lord Rothschild.

Foi em meados desse mesmo ano de 1917 que Weizmann (desde fevereiro presidente da Federação Sionista Inglesa) e Lord Walter Rothschild (vice-presidente) fizeram ver a Balfour a conveniência de se dar aos sionistas, sem mais tardança, uma categórica declaração oficial de apoio e encorajamento. Balfour prometeu tratar do assunto, sugerindo que lhe fosse encaminhado o texto de uma declaração, para a qual tentaria obter a aprovação do Gabinete.

²⁸ A primeira dessas sociedades, fundada em 1760, era constituída por representantes eleitos das sinagogas e outras instituições judaicas, e a segunda, fundada em 1871, formada por sócios; as duas costumavam agir associadamente, através de um Comitê Conjunto.

Tendo Weizmann sido obrigado a empreender uma viagem a Gibraltar (de onde só retornaria a 22 de julho), recaiu sobre Sokolow o encargo principal de redigir o texto da declaração; fê-lo em estreito contato com elementos do Foreign Office, entre eles Mark Sykes e Harold Nicolson, submetendo-o depois a Lord Rothschild, que o aprovou. Com data de 18 de julho entregou Lord Rothschild a Balfour uma carta nos termos abaixo:

Caro Sr. Balfour,

Finalmente estou em condições de remeter-lhe a fórmula que me pediu. Se o Governo de Sua Majestade me enviar uma mensagem segundo as linhas gerais da fórmula, caso ele e o senhor a aprovem, poderei transmiti-la à Federação Sionista e também anunciá-la numa reunião para tal fim convocada. Lamento dizer que nossos adversários começaram sua campanha com uma manobra das mais reprováveis, ou seja, provocar agitação pelo clamor de judeus britânicos contra judeus estrangeiros. Iniciaram isso domingo último, quando na Junta de Deputados desafiaram a diretoria recém-eleita quanto a serem todos ingleses natos(eu inclusive).

Sinceramente,

Rothschild.

Acompanhando a carta, vinha o seguinte

Projeto de Declaração

1. O Governo de Sua Majestade aceita o princípio de que a Palestina deve ser reconstituída como o Lar Nacional²⁹ do povo judeu.
2. O Governo de Sua Majestade envidará seus melhores esforços para assegurar a consecução desses objetivos e discutirá com a Organização Sionista os métodos e meios necessários.

²⁹ A expressão “lar nacional” – que daqui por diante encontraremos inúmeras vezes – nunca chegou, nem então nem depois, a ser definida de maneira inequívoca. Segundo Ben Halpern era usada “como *slogan* numa competição política”. (Foi Sokolow quem idealizou a expressão “Lar Nacional Judaico”).

Em princípios de agosto foi esse texto, que aliás era mais de Sykes que de Sokolow, submetido aos membros do Gabinete, entre os quais havia, além de Balfour, mais quatro francamente favoráveis às aspirações sionistas: Lloyd George, o visconde Milner, Lord Robert Cecil e o general Smuts. Afirma Weizmann em sua autobiografia que a declaração teria sido aceita assim como estava redigida não fora a interferência de alguns indivíduos influentes – todos eles, segundo Weizmann, fazendo parte de uma “minoría de judeus abastados semiassimilados”. Destacaram-se nessa atividade de sabotagem Lucien Wolf³⁰ e Edwin Samuel Montagu. O primeiro, apregoando ser o sionismo uma manifestação de primitivismo tribal, chegava até a fazer circular panfletos anônimos (advogava ele, como solução para o problema judeu, a emancipação e assimilação dos milhões de judeus que viviam na Europa Oriental). Edwin Samuel Montagu, primo de Herbert Samuel, era secretário de Estado para a Índia, e na ocasião o único judeu integrando o Gabinete (em cujas reuniões não deixava escapar qualquer oportunidade para atacar rudemente o sionismo); alegava, para justificar a atitude de oposição que assumiu, seu receio de que o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico na Palestina viesse a prejudicar a situação dos judeus em outros países. Mas sobremaneira preocupado com sua própria carreira política, parece que seu maior receio era perder a pasta que ocupava, tendo certa vez indagado de que maneira lhe seria possível negociar com os povos da Índia “se o mundo tivesse acabado de ouvir que o governo de Sua Majestade considerava seu lar nacional como estando em território turco?”³¹.

Devido à pressão dos elementos antissionistas, os debates sobre a declaração prolongaram-se bem mais do que esperado, e a redação da mesma viria a sofrer sensíveis alterações. Julgou-se conveniente, enquanto isso, para fortalecer a posição dos membros pró-sionistas do governo inglês, obter o apoio do governo norte-americano.

³⁰ Foi a Lucien Wolf – antissionista ferrenho – que a Encyclopaedia Britannica incumbiu de redigir, para sua 10ª edição (1902), o verbete “sionismo”...

³¹ Trinta anos mais tarde, depondo perante uma Comissão Especial da ONU, recordaria Weizmann que Montagu “teve todas as oportunidades para sabotar a Declaração Balfour, aproveitando-as ao máximo”. (Contudo, não se pode deixar de reconhecer que seu interesse pela Índia era sincero; e coube-lhe assinar, como delegado desse país, o Tratado de Versalhes.). Quando afinal saiu a Declaração, encontrava-se Montagu na Índia – ao tomar dela conhecimento (por intermédio de um telegrama da Reuter) teve uma reação quase cômica: considerou-a, além de um erro político, uma ofensa pessoal...

Por sugestão de Weizmann, o juiz Brandeis comunicou-se, em meados de setembro, com o presidente Wilson. Este, por influência de seu amigo e conselheiro, o coronel Edward M. House (indivíduo de arraigados sentimentos antijudaicos), deu uma resposta desanimadora: desaconselhou, por inoportuno, qualquer espécie de compromisso. Já no mês seguinte, porém, diante de uma consulta direta do governo britânico, autorizou fosse este informado de sua aquiescência a uma declaração pró-sionista.

Nota-se aí um fenômeno interessante da política americana, que se repetiria com extraordinária similaridade trinta anos mais tarde – referimo-nos à divergência de opinião entre o presidente e alguns dos seus colaboradores mais próximos, inclusive o próprio secretário de Estado. Assim a atitude pessoal de Wilson em relação ao sionismo (que Leonard Stein classificou de “vagamente favorável”) contrastava com a do secretário de Estado, Robert Lansing. Procurou este evitar que Wilson endossasse a declaração em favor do sionismo, apresentando para isso três razões: a) os Estados Unidos não se achavam em guerra com a Turquia; b) não havia entre judeus unanimidade quanto ao desejo de formar uma nação independente; c) haveria ressentimento se a Terra Santa fosse entregue “ao controle da raça creditada com a morte de Cristo”. (Recomendou Lansing, entretanto, que somente a primeira dessas razões fosse mencionada publicamente.).

Prosseguiram as discussões dos membros do Gabinete britânico entre si, e as consultas com líderes sionistas, antissionistas e com o grão-rabino Dr. Hertz (inequivocamente favorável à Declaração). Finalmente, superadas todas as obstruções, e com o Foreign Office um tanto apressado pelo receio – hoje sabemos que infundado, não obstante os esforços individuais do embaixador alemão em Constantinopla, conde Bernstorff – de que o governo alemão se antecipasse numa decisão pró-sionista, surgiu o documento que se tornou famoso com o nome de Declaração Balfour. Tratava-se duma carta, em resposta à que Balfour recebera em julho de Lord Walter Rothschild³². Seu teor era o seguinte:

³² Lord Walter Rothschild, vice-presidente da Federação Sionista Inglesa, alcançou notoriedade sobretudo como zoólogo, tendo sido eleito para a Royal Society; membro também do Parlamento, não participou contudo dos negócios bancários da família. Esta, na Inglaterra, achava-se dividida em relação ao sionismo: Lionel Nathan era antissionista, mas

Foreign Office,

2 de novembro de 1917³³.

Caro Lord Rothschild,

Tenho grande prazer em transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia para com as aspirações judaicas sionistas, que foi submetida ao Gabinete e pelo mesmo aprovada:

“O Governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e envidará seus melhores esforços para facilitar a consecução desse objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, bem como os direitos e as condições políticas gozados pelos judeus em qualquer outro país”³⁴.

Eu lhe ficaria agradecido se esta declaração fosse levada ao conhecimento da Federação Sionista.

Sinceramente,

Arthur James Balfour.

Aí está – uma simples carta (cujo original foi depositado por Lord Rothschild no Museu Britânico), mas com o valor simbólico que nem os mais violentos detratores do sionismo conseguem negar. É certo que a afirmação de solidariedade para com os ideais sionistas poderia ter sido apresentada de maneira mais enfática, mas no essencial, conforme observa muito bem o Prof. Ben Halpern, “as posições sionistas foram mantidas e as doutrinas antissionistas rejeitadas”. Representa esse documento, sem a menor dúvida, um compromisso de honra assumido pelo governo britânico. E a respeito, o testemunho de Lloyd George, então ocupando o cargo de primeiro-ministro, é valioso e irrefutável:

James de Rothschild (filho mais velho do barão Edmond e que se estabelecera na Inglaterra) era favorável, tendo auxiliado grandemente Weizmann em seus contatos político-sociais.

³³ Não deixa de ser uma coincidência curiosa: 2 de novembro de 1898 e 2 de novembro de 1917 – exatamente 19 anos transcorridos desde a malograda entrevista de Herzl com Guilherme II na Palestina.

³⁴ A referência aos judeus residentes fora da Palestina foi incluída para satisfazer Montagu, ao passo que a relativa às comunidades não judaicas da Palestina foi encaixada por insistência de Lord Curzon.

...não podia haver dúvida sobre o que o Gabinete tinha então em mente. Não era sua ideia que um Estado Judeu fosse imediatamente estabelecido pelo Tratado de Paz... Por outro lado, previa-se que chegado o momento de conceder à Palestina instituições representativas, e havendo os judeus aproveitado a oportunidade que lhes era oferecida para constituir a maioria da população, então a Palestina se tornaria uma Nação Judaica. A ideia de que a imigração judaica tivesse de ser artificialmente restringida para assegurar que os judeus permanecessem permanentemente uma minoria nunca nos passou pela cabeça. Isso seria injusto, uma fraude para com o povo ao qual estávamos apelando.

(E Balfour, indagado alguns meses depois sobre os verdadeiros motivos da Declaração, respondeu: “Tanto o primeiro-ministro quanto eu próprio fomos influenciados por um desejo de dar aos judeus seu justo lugar no mundo; uma grande nação sem um lar, não está certo”).

Os árabes haviam sido devidamente informados das intenções britânicas. Recorramos, mais uma vez, ao depoimento insuspeito de Lloyd George:

Os chefes árabes não fizeram quaisquer objeções à declaração, desde que os direitos árabes fossem respeitados. Comprometemo-nos com a população não judaica da Palestina, que constituía a grande maioria de seus habitantes, bem como com os judeus. Foram estes os resultados das conversações que mantivemos com os líderes árabes com os quais pudemos entrar em contato. Asseguramo-lhes que o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico de modo algum afetaria os direitos civis e religiosos da população geral da Palestina, nem diminuiria a prosperidade geral dessa população. Foram essas as únicas garantias que demos aos árabes.

Todavia, para melhor compreendermos os objetivos mais imediatos visados pelo governo inglês, é necessário fazer uma ligeira referência à situação militar na época. Aquele outono europeu de 1917 apresentava-se para os aliados em cores trágicas: a Romênia esmagada, o exército russo desmoralizado e praticamente fora da guerra, os italianos amargando a derrota de Caporetto, o exército francês sem condições de empreender uma ofensiva em larga escala, a marinha britânica com perdas imensas devido à ação dos submarinos, e ainda nenhuma divisão americana nas frentes de batalha. Em tal conjuntura nenhum apoio, mesmo que apenas moral, podia ser desprezado. Daí o inegável aspecto propagandístico ligado à

Declaração. Churchill foi explícito sobre isso ao declarar na Câmara dos Comuns (cerca de cinco anos depois) que a Declaração Balfour visava obter em todo o mundo, mas particularmente nos Estados Unidos e Rússia, o apoio judaico, tanto moral quanto financeiro. Disse Churchill textualmente: “A Declaração Balfour não deve, portanto, ser encarada como uma promessa feita por motivos sentimentais; foi uma medida prática, tomada no interesse de uma causa comum, num momento em que essa causa não podia deixar de lado nenhum fator de assistência material ou moral”.

Havia ainda outra faceta, digna de ser lembrada. Já vimos que também a França tinha pretensões sobre a Palestina, e achavam então os ingleses que as próprias pretensões só teriam a lucrar se ficasse comprovado que a opinião judaica mundial favorecia uma administração britânica para a Palestina. (Outrossim não devemos esquecer que com a queda do governo czarista, em março de 1917, desaparecia uma forte barreira capaz de unir-se à Inglaterra na resistência às ambições francesas.).

Utilizou-se o governo britânico sem demora da Declaração Balfour para seus próprios fins, empreendendo uma extensa campanha de propaganda através de uma recém-criada Seção Judaica do Ministério das Informações. Essa Seção, dirigida por Albert Hyamson (pessoa estreitamente ligada a Weizmann), transmitia notícias para países amigos e neutros, encarregava-se da publicação de um boletim semanal sobre assuntos judaicos (e particularmente questões relativas ao sionismo), e imprimia numerosos folhetos (nos principais idiomas falados pelos judeus), milhares dos quais foram jogados sobre cidades alemãs e austríacas. Suas finalidades foram assim definidas por Hyamson: “Nossa tarefa era principalmente divulgar a Declaração Balfour e explicar e tornar público entre os judeus de todos os países, exceto a Grã-Bretanha, a atitude geral da Grã-Bretanha e do governo britânico em relação às questões de interesse para o judaísmo”.

Uma consequência talvez imprevista da Declaração foi que o governo alemão de repente se deu conta de que deixara escapar uma oportunidade. Ainda assim chegou a cogitar, conjuntamente com o governo turco, da formação de uma companhia, com sede em Constantinopla e a ser dirigida por sionistas alemães, que teria o direito de fundar na Palestina estabelecimentos judaicos gozando de uma forma limitada de autonomia, bem como o direito de livre imigração. Mas a esse tempo já metade da

Palestina havia sido ocupada pelas tropas do general Allenby, tudo indicando que cedo a outra metade teria destino idêntico.

Nem a França nem a Itália (ambas naturalmente desejosas de ter voz ativa no futuro da Palestina) receberam com agrado a Declaração Balfour, e não seria fácil conseguir a anuência dos respectivos governos. A França foi a primeira a se manifestar – em carta datada de 14 de fevereiro de 1918 e dirigida a Sokolow, o ministro do Exterior, Stephen Pichon, declarava existir completo acordo entre os governos francês e britânico no que se referia à “questão de um estabelecimento judeu na Palestina”. A 9 de maio o embaixador italiano em Londres, marquês Imperiali, cumprindo instruções do ministro do Exterior barão Sidney Sonnino, transmitia, também em carta dirigida a Sokolow, o propósito de seu governo de facilitar o estabelecimento de “um centro nacional judaico” na Palestina. (Observe-se que o endosso dos governos de Paris e Roma, em ambos os casos, foi comunicado a um dirigente sionista e não ao governo britânico.).

Com relação aos Estados Unidos a demora foi ainda maior. Só depois de vencida a tenaz resistência oposta pelo secretário de Estado Robert Lansing, foi que o presidente Wilson, a 31 de agosto de 1918, expressou em carta ao rabino Dr. Stephen Samuel Wise sua satisfação “pelo progresso realizado pelo movimento sionista nos Estados Unidos e nos países aliados desde a Declaração de Mr. Balfour, em nome do Governo Britânico, sobre o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”. (Alguns meses depois, ao receber na Casa Branca uma delegação do American Jewish Congress, diria Wilson; “Já exprimi em ocasião anterior minha aprovação pessoal quanto à declaração do governo britânico relativamente às aspirações e reivindicações do povo judeu sobre a Palestina. Além disso, estou convencido que as nações aliadas, na mais completa conformidade com nosso governo e povo, concordam que na Palestina serão lançadas as bases de uma *Commonwealth*³⁵ Judaica”).

Vemos pois que, com exceção da Rússia (desde a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, em março de 1918, oficialmente fora da guerra), as principais potências aliadas de um modo ou de outro – e, convenhamos,

³⁵ No caso, Commonwealth pode ser perfeitamente compreendido como Estado.

com bem pouco entusiasmo – expressaram sua concordância com a Declaração Balfour³⁶.

No início de 1918 o governo britânico autorizou a ida à Palestina de uma comissão para realizar estudos sobre a aplicação prática da Declaração. Segundo as instruções oficiais, tratava-se de “um corpo consultivo, junto às autoridades britânicas na Palestina, para todas as questões referentes a judeus ou que possam afetar o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu”, e entre seus objetivos específicos figuram: servir de elemento de ligação entre as autoridades britânicas e a população judaica, organizar e administrar obras assistenciais, auxiliar a repatriação de pessoas exiladas e a restauração das colônias agrícolas, ajudar as organizações e instituições judaicas a reiniciar suas atividades, investigar os meios de desenvolvimento do país, e estudar a possibilidade de fundação de uma Universidade Judaica.

Deveriam participar dessa comissão representantes judeus dos principais países aliados, mas surgiu logo uma dificuldade em relação aos Estados Unidos. Isso porque o secretário de Estado Lansing se opôs à concessão de passaportes aos sionistas americanos, alegando – a pretexto dos Estados Unidos não se encontrarem em guerra com a Turquia – que a presença deles na Palestina, como representantes de uma organização com objetivos nitidamente políticos, seria embaraçosa. (Não obstante, um judeu americano, Walter Meyer, acabaria seguindo com a comissão, embora não como integrante da mesma.).

Vejamos como a comissão se achava constituída. Representando o judaísmo inglês estavam, entre outros, o Dr. Weizmann (na chefia) e Israel Sieff (secretário). O governo italiano designou um capitão do exército (o Dr. Arton, figura apagada) e o comendador Levi Bianchini (este com uma desconfiança inarredável de tudo que dissesse respeito à Inglaterra e procurando sempre dar relevo aos interesses particulares da Itália). O governo francês enviou um antissionista notório, o professor Sylvain Lévi (presidente da Alliance Israélite Universelle). Como oficiais de ligação com as autoridades militares britânicas seguiram dois parlamentares: o major William Ormsby-Gore³⁷ e o capitão James de Rothschild.

³⁶ Em janeiro de 1919 o Japão também endossou publicamente a Declaração Balfour.

³⁷ Futuro ministro das Colônias. Tinha para com Weizmann (que conhecera à época da Declaração Balfour) uma calorosa admiração pessoal.

Em abril de 1918 chegava a comissão à Palestina, recebendo de parte das autoridades militares uma acolhida bastante fria. Nas áreas já sob seu domínio haviam os ingleses estabelecido, a partir de dezembro de 1917, uma administração militar denominada Occupied Enemy Territory Administration (OETA). Esta decidira ignorar a Declaração Balfour, e muitos dos seus membros demonstravam abertamente sua hostilidade e antipatia pela comissão, procurando de várias maneiras obstruir suas atividades. Assim, para dar apenas um exemplo, opôs-se a OETA energicamente ao lançamento da pedra fundamental da Universidade Hebraica de Jerusalém, cedendo somente após receber ordens determinadas nesse sentido do Foreign Office. (A cerimônia, presidida por Weizmann, realizou-se a 24 de julho de 1918 no Monte Scopus, presentes o general Allenby, representantes dos contingentes franceses e italianos que integravam o exército de libertação e da comunidade judaica, e chefes religiosos das comunidades muçulmana, anglicana, grega e armênia.).

Durante a estadia da comissão na Palestina teve Weizmann ocasião de percorrer o país em companhia do general Allenby. Este, impressionado com o aspecto da paisagem, não se conteve e disse a Weizmann; “Julguei que o senhor fosse uma pessoa sensata. Pensa o senhor realmente que alguém virá se estabelecer neste país?” Respondeu Weizmann: “Bem, general, esperemos mais uns vinte anos e talvez tenhamos oportunidade de encontrar-nos novamente; poderemos então voltar a discutir o assunto”³⁸.

Em junho de 1918, por sugestão de Allenby, dirigiu-se Weizmann em companhia do major Ormsby-Gore a Akaba, a fim de se encontrar com o emir Feisal, filho de Hussein, o xarife de Meca³⁹. Em meio à viagem, porém, Ormsby-Gore foi atacado de disenteria, tendo Weizmann de prosseguir desacompanhado. Weizmann e Feisal mantiveram longa conversa; com um oficial britânico adido às forças xarifianas, o coronel Joyce, servindo de intérprete, expôs Weizmann os benefícios que adviriam aos próprios árabes caso a Palestina fosse intensivamente colonizada pelos judeus. Prometeu Feisal comunicar o teor da conversa a seu pai, consultando-o a respeito. (A esse primeiro encontro seguir-se-iam muitos

³⁸ Um novo encontro viria de fato a realizar-se, e Allenby mudaria de opinião, declarando-o publicamente.

³⁹ Hussein e Feisal eram então os mais importantes e autorizados representantes das aspirações árabes de independência. (Feisal tornar-se-ia mais tarde rei do Iraque.).

outros, formando-se entre Weizmann e Feisal um sentimento de amizade que perduraria até a morte deste último em 1933.) Hussein, ao que parece, não fez quaisquer objeções. (É possível que não se mostrando hostis ao sionismo visassem Hussein e Feisal conseguir apoio dos judeus contra os desígnios franceses na Síria.).

Em setembro Weizmann e seu grupo deixaram a Palestina, cercados da mesma frieza com que haviam sido recebidos. A situação continuaria idêntica quando, algum tempo depois, apareceu por lá o juiz Brandeis. Ao pedir a cooperação das autoridades britânicas locais para os esforços sionistas, foi logo desencorajado pelos generais Allenby e Sir Arthur Money, o primeiro declarando peremptoriamente que se os sionistas trouxessem novos imigrantes sem antes extinguir a malária o número de óbitos igualaria o de imigrantes, e o segundo perguntando irônico por que os sionistas desejavam trazer mais judeus à Palestina se os que lá se achavam viviam de esmolas...

Em fins de 1918 Feisal foi a Londres. Publicou o *Times*, em sua edição de 12 de dezembro:

O emir Feisal, em declaração ontem feita a um representante da Agência Reuter, referindo-se às aspirações sionistas em relação à Palestina, afirmou: “Os dois ramos principais da família semítica, árabes e judeus, compreendem-se mutuamente, e espero que em consequência da troca de ideias na Conferência da Paz, a ser orientada pelos ideais de autodeterminação e nacionalidade, cada nação fará progresso certo em direção à realização de suas aspirações. Os árabes não têm inveja dos judeus sionistas e tencionam tratá-los com justiça”.

Menos de um mês depois, a 3 de janeiro de 1919, era assinado na capital britânica o chamado “acordo Feisal-Weizmann”, representando Feisal o Reino Árabe do Hedjaz e Weizmann a Organização Sionista. Desse acordo⁴⁰ queremos destacar três artigos:

Art. 1º – O Estado Árabe e a Palestina serão governados, em todos os seus empreendimentos e realizações, pelo mais cordial entendimento e boa vontade, e para tal fim agentes árabes e judeus devidamente

credenciados serão estabelecidos e mantidos em seus respectivos territórios.

Art. 3º – No estabelecimento da Constituição e Administração da Palestina serão adotadas todas as medidas que possibilitem as mais completas garantias para pôr em execução a Declaração do Governo Britânico de 2 de novembro de 1917.

Art. 4º – Serão tomadas todas as medidas necessárias para estimular e encorajar a imigração em larga escala de judeus na Palestina, e para fixar à terra o mais rapidamente possível os imigrantes judeus por meio de uma colonização mais densa e cultivação intensiva do solo. Ao se tomarem tais medidas, os camponeses e agricultores árabes serão protegidos em seus direitos e auxiliados em seu desenvolvimento econômico.

Num pós-escrito condicionou Feisal seu respeito aos termos do acordo à obtenção de independência para os árabes em diversas regiões do Oriente Médio (conforme, diziam os árabes, lhes fora prometido pelos aliados).

A 18 de janeiro de 1919 inaugurou-se em Paris a Conferência da Paz. Feisal achava-se presente, chefiando a delegação do Hedjaz. Sobre sua atitude em relação à Palestina, escreve o historiador David H. Miller: “A Palestina, por causa do seu caráter universal, ele deixou de lado, para consideração conjunta de todas as partes interessadas. Com essa exceção, pediu ele a independência das áreas enumeradas em seu memorando”.

A 13 de fevereiro compareceu perante a Conferência uma delegação síria chefiada por Chekri Ganem, um sírio residente em Paris e representando Le Comité Central Syrien, um grupo nacionalista moderado, patrocinado por Clemenceau. Em extenso discurso pediu Ganem o estabelecimento na Síria de um Estado independente sob proteção francesa. Com relação à Palestina, disse:

A Palestina é incontestavelmente a parte sul do nosso país. Os sionistas a desejam. Padecemos demais de sofrimentos semelhantes aos deles para não lhes abrímos as portas da Palestina... Deixai que eles se estabeleçam na Palestina, mas numa Palestina autônoma, ligada à Síria unicamente pelo vínculo da federação.

⁴⁰ Segundo Weizmann, participou da elaboração do mesmo o famoso coronel T. E. Lawrence.

(Não havia, contudo, uniformidade de opinião entre os nacionalistas sírios – os mais exaltados exigiam a inclusão pura e simples da Palestina numa Síria independente.).

Nesse mesmo mês de fevereiro, a 27, foram ouvidos os delegados da Organização Sionista. Formavam a delegação: Sokolow, Weizmann, Ussishkin, o poeta André Spire e Sylvain Lévi (ao que parece, já convertido ao sionismo). Defenderam eles os cinco seguintes pontos essenciais: 1) o direito histórico dos judeus em relação à Palestina, e consequentemente o direito de ali reconstituir o seu Lar Nacional; 2) entrega do governo do país à Grã-Bretanha como Potência Mandatária (“a escolha da Grã-Bretanha como Mandatária é pedida sob o fundamento de que este é o desejo dos judeus de todo o mundo, e que a Liga das Nações ao escolher um Mandatário seguirá, na medida do possível, a vontade popular do povo interessado”); 3) a Palestina colocada sob condições políticas, administrativas e econômicas que assegurem o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico e posteriormente tornem possível a criação de um Estado autônomo; 4) promoção da imigração e colonização judaica pela Potência Mandatária em cooperação com um conselho representativo dos judeus da Palestina e do mundo; 5) completa liberdade religiosa na Palestina e nenhuma discriminação entre os habitantes quanto à cidadania e direitos civis por motivos de religião ou raça.

Disse Weizmann que “a solução proposta pela Organização Sionista era a única que com o passar do tempo traria a paz e ao mesmo tempo transformaria a energia judaica numa força construtiva em vez de dissipá-la em tendências destrutivas ou amargura”. Após a audiência, o delegado francês André Tardieu declarou que as propostas sionistas haviam sido recebidas com simpatia, e que a França não se oporia a um mandato da Liga das Nações para a Palestina com a Grã-Bretanha como mandatária.

Da delegação sionista fazia parte, como representante dos Estados Unidos, o professor e jurista Dr. Felix Frankfurter. Quis ele conhecer a reação – oficial, podemos dizer – da delegação árabe diante das propostas sionistas; dirigiu-se nesse sentido a Feisal, cuja resposta veio na carta abaixo:

Delegação do Hedjaz

Paris

1º de março de 1919

Caro Mr. Frankfurter,

Desejo aproveitar a oportunidade deste meu primeiro contato com os sionistas americanos para vos dizer o que frequentemente pude declarar ao Dr. Weizmann, tanto na Arábia quanto na Europa.

Árabes e judeus são primos raciais que sofreram opressões análogas nas mãos de potências mais fortes, e por uma feliz coincidência puderam dar conjuntamente os primeiros passos para a consecução dos seus ideais nacionais. Os árabes, especialmente os com instrução, encaram o movimento sionista com a mais profunda simpatia. Nossa delegação aqui em Paris acha-se perfeitamente a par das propostas submetidas pela Organização Sionista à Conferência da Paz, e as consideramos moderadas e justas. No que nos concerne, faremos o máximo para ajudá-los; daremos aos judeus as mais cordiais boas-vindas ao lar.

Com os chefes de vosso movimento, especialmente com o Dr. Weizmann, tivemos – e continuaremos a ter – as mais estreitas relações. Ele tem sido um grande colaborador de nossa causa, e espero que cedo os árabes possam estar em condições de dar aos judeus alguma retribuição por essa gentileza. Estamos trabalhando juntos por um Oriente Próximo reformado e renascido, e nossos dois movimentos se completam reciprocamente. O movimento judaico é nacional, e não imperialista. Nosso movimento é nacional, e não imperialista; há lugar para ambos. De fato, creio que nenhum deles poderá alcançar um verdadeiro sucesso sem o outro.

Indivíduos menos informados e menos responsáveis que os nossos chefes e os vossos, ignorando a necessidade de cooperação entre árabes e sionistas, têm tentado explorar as divergências locais que inevitavelmente devem surgir na Palestina durante as etapas iniciais dos nossos movimentos. Receio que alguns deles hajam deturpado vossos objetivos aos agricultores árabes resultando daí que os partidos nisso interessados pudessem capitalizar o que eles chamam de nossas diferenças.

Quero expressar-vos minha firme convicção de que tais diferenças não são sobre questões de princípio mas sim de detalhes, como necessariamente ocorre em todos os contatos com povos vizinhos, sendo facilmente dissipáveis pela mútua boa vontade. Com uma melhor compreensão quase todas desaparecerão.

Tenho a esperança, e meu povo a tem junto comigo, num futuro em que nós vos auxiliaremos e vós nos auxiliareis, de modo que os países em que estamos mutuamente interessados possam novamente assumir seus encargos na comunidade mundial dos povos civilizados.

Sinceramente,

Feisal.

(Sem desejar, de forma alguma, pôr em dúvida a capacidade epistolar de Feisal, queremos no entanto destacar que no rascunho desta carta, além dele próprio colaboraram Weizmann, Frankfurter, T.E. Lawrence, e o coronel inglês Richard Meinertzhagen...)

A Conferência da Paz tinha, contudo, assuntos mais urgentes a resolver, e adiou por algum tempo qualquer decisão definitiva sobre a Palestina.

A 28 de junho de 1919, quinto aniversário do atentado de Sarajevo, foi assinado o Tratado de Versalhes. Era parte integrante do mesmo o Pacto da Liga das Nações, cujo artigo 22 fazia referência à administração mandatária mas sem mencionar especificamente a Palestina. Esta, por conseguinte, continuou sob administração militar britânica (publicamente acusada por Weizmann de “antissionista e talvez antijudaica”); seu chefe, o general Money, em memorando telegrafado a Londres, aconselhou o governo a simplesmente esquecer a Declaração Balfour.

Já podiam ser notados, a esse tempo, os primeiros sintomas dos futuros distúrbios e atos terroristas provocados por agitadores árabes na Palestina – e as autoridades britânicas nada faziam para reprimi-los (pelo contrário, diz Weizmann, “havia membros da hierarquia oficial que encorajavam os desordeiros”).

Uma das primeiras tragédias ocorreria no extremo norte da Palestina, próximo à fronteira síria. Essa região, onde existiam algumas poucas colônias judaicas isoladas, estivera até o início de 1920 ocupada por tropas francesas, que ao se retirarem não foram substituídas por forças britânicas. Isso possibilitou a grande bando armado de beduínos (até canhões possuíam) atacar, no fim de fevereiro, a minúscula localidade de Tel Hai. Aí encontraram a morte, num combate que tinha tanto de heroico quanto de desesperado, sete colonos, entre eles duas moças e Joseph Trumpeldor (então com 40 anos incompletos). Segundo o relato de seus camaradas, o

veterano de Porto-Arthur e Gallipoli, com o ventre esfaqueado por balas (tinha também um ferimento menor na mão), morreu com um sorriso tênue nos lábios, dizendo: “Não faz mal, amigos; é bom morrer por nosso país”. Embora aparentemente uma derrota, Tel Hai foi para os judeus uma vitória moral, pois veio constituir, no dizer de Ben Halpern, “um lendário exemplo positivo de orgulho e autoconfiança”⁴¹. (E, além disso, a resistência judaica influiu também para a inclusão dessa região – do vale de Huleh – no território da Palestina, isto é, sob mandato britânico.).

Graves incidentes dar-se-iam nos primeiros dias de abril. Tornara-se de conhecimento quase público que os árabes vinham preparando distúrbios a serem deflagrados por ocasião de uma festa religiosa muçulmana (*Nebi Musa*, festa em honra do Profeta Moisés, com grande concentração popular em Jerusalém). As autoridades militares britânicas, apesar de devidamente advertidas, recusaram-se a tomar qualquer medida preventiva (era então governador de Jerusalém Sir Ronald Storrs, virulentamente antissionista).

Na data prevista ocorreu a tragédia, imitação quase perfeita dos pogromes russos – multidões armadas, às vezes acompanhadas por policiais árabes, percorriam as ruas de Jerusalém assaltando quaisquer judeus que encontrassem e gritando “O governo está conosco!”. E estava mesmo – os ingleses haviam cercado a cidade para impedir a fuga das vítimas; a milícia judaica, então em organização em Jerusalém, foi impedida de se aproximar do local dos distúrbios, sendo os legionários judeus confinados aos quartéis (os que por acaso já se encontravam em Jerusalém foram recolhidos pela polícia militar britânica). As tropas britânicas só intervieram após todo o dano causado (antes disso, porém, haviam impedido que os judeus se defendessem). Vladimir Jabotinsky, principal organizador da Legião Judaica que combatera ao lado dos ingleses no Oriente Médio, foi preso por haver tentado organizar a defesa de um bairro; “julgado” por um tribunal militar, recebeu a pena de 15 anos de trabalhos forçados! (Posteriormente o general Allenby reduziria a pena para um ano.).

⁴¹ Em Tel Hai foi erguido um expressivo monumento à memória de Trumpeldor e seus companheiros caídos: um leão branco, esculpido por Aaron Melnikoff, trata-se do primeiro monumento erguido na Palestina moderna. (A morte de Trumpeldor serviria igualmente de estímulo à organização do exército secreto judeu – a Haganah; Ben-Gurion, contudo, afirma que foi em Tel Hai que a Haganah recebeu seu batismo de fogo.).

O regime vigente era nitidamente o de dois pesos e duas medidas. Haj Amin el-Husseini, de início condenado pelo planejamento dos distúrbios, foi não só perdoado mas até recompensado com sua indicação, pelos britânicos, para o importante, e altamente prestigioso, cargo de mufti⁴² de Jerusalém⁴³.

Os judeus acusaram a Administração Militar, chefiada por Sir Louis J. Bois, de cumplicidade. Sir Louis Bois, por sua vez, escreveu um longo memorando acusando os sionistas. Foi nomeada uma comissão de inquérito para investigar as causas dos distúrbios, mas o resultado da investigação foi mantido em segredo, sob o fundamento de que sua divulgação “não serviria a nenhum propósito útil”.

Julgamos oportuno transcrever aqui as afirmações que faz o argelino A. R. Abdel Kader em seu livro *O Conflito Judeu-Árabe*:

Somente após a guerra terminada e todo o Oriente Próximo ocupado pela Inglaterra e França,... apareceram os primeiros protestos árabes contra o “lar nacional judaico” na Palestina. Essas vozes, que pretendiam elevar-se em nome de todos os povos árabes para proibir à imigração judaica o acesso à Palestina, eram de fato as dos chefes políticos feudais e da burguesia comerciante, todos ligados à Inglaterra... Nenhuma voz popular se encontrava nesse coro feudal árabe repentinamente organizado por um regente mágico.

...Para a Inglaterra o conflito judeu-árabe era uma necessidade.

Atitudes como as acima referidas por parte das autoridades britânicas só poderiam, obviamente, estimular os agitadores e terroristas árabes. Mas igualmente em consequência disso, alguns líderes da comunidade judaica começaram a pensar seriamente na Haganah (palavra hebraica que significa “defesa”) não mais como um grupo de elite (como Rira o Hashomer durante os últimos anos do domínio otomano) mas sim como uma milícia

⁴² Mufti: chefe religioso muçulmano.

⁴³ De acordo com a legislação turca, ainda em vigor na Palestina, deveria o mufti ser escolhido dentre os três candidatos mais votados por uma assembleia de alemães (teólogos muçulmanos). Apesar da intensa propaganda a seu favor, Haj Amin alcançou apenas o 4º lugar. A Administração, todavia, induziu o candidato colocado em 3º a retirar seu nome, de modo que seu lugar viesse a ser ocupado por Haj Amin, possibilitando assim a indicação deste.

eminentemente popular para fins defensivos. Não era tarefa fácil, pois tudo tinha de ser feito na clandestinidade. Alegavam os ingleses que só a eles cabia manter a lei e a ordem, mas era uma concepção bem estranha de “lei” e “ordem” essa que dava aos árabes ampla liberdade de ação e procurava privar os judeus de qualquer meio de defesa. Diz Moshe Pearlman em seu livro *O Exército de Israel*: “É fato indiscutível que quando os judeus possuíam armas ilegais resistiam com êxito aos ataques. Quando não as tinham eram assassinados”.

A 25 de abril de 1920 o Supremo Conselho Aliado, reunido na cidade italiana de San Remo para decidir sobre o destino a ser dado aos territórios desmembrados do Império Otomano⁴⁴, concedeu à França os mandatos sobre a Síria e o Líbano, e à Grã-Bretanha os mandatos sobre o Iraque e a Palestina⁴⁵. (A França tentara, em relação à Palestina, uma atitude obstrucionista, procurando também – mas igualmente sem sucesso – obter para si própria concessões relativas aos Lugares Santos.). Na resolução referente à Palestina foi adicionada uma cláusula determinando à Potência Mandatária o cumprimento da Declaração Balfour. Assim, no dizer do Dr. Bernard Joseph, “não pode haver dúvida alguma de que as Potências Aliadas decidiram atribuir o Mandato à Grã-Bretanha sob condição expressa do Mandatário cumprir a Declaração Balfour. A Grã-Bretanha estava perfeitamente ciente disso ao aceitar o Mandato”. (E até mesmo um autor antissionista como Pierre Keller reconhece que em decorrência das decisões de San Remo a Grã-Bretanha “ligava sua causa na Palestina à do sionismo”).⁴⁶

Estava desse modo aberto o caminho para a substituição, na Palestina, da administração militar por uma administração civil. Para o cargo de alto-comissário britânico na Palestina foi escolhido um político

⁴⁴ Por decisão anterior (30 de janeiro de 1919), o Supremo Conselho Aliado resolvera que o território inimigo conquistado no Oriente Médio (Palestina inclusa) não seria restituído à Turquia.

⁴⁵ A Grã-Bretanha chegou a cogitar da entrega do mandato sobre a Palestina aos Estados Unidos, mas foi uma ideia passageira, posta de lado por considerações estratégicas e pelo desinteresse americano. (Por outro lado, a entrega da Palestina à França ou Itália foi sempre considerada pelos ingleses como inadmissível.).

⁴⁶ A decisão de confiar à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina foi participada a Weizmann por Lloyd George. Este, após a comunicação oficial, acrescentou: “Agora vocês já receberam o impulso inicial; o resto é com vocês”.

liberal, já nosso conhecido: Sir Herbert Samuel. Sua designação foi recebida com satisfação e até com entusiasmo pela quase totalidade dos círculos judaicos. Houve, porém, uma voz discordante, e que infelizmente veio a ser confirmada pelos fatos – a do sionista dissidente Israel Zangwill, que em carta ao *Spectator* escreveu: “A nomeação de Sir Herbert Samuel é apenas um disfarce para o repúdio prático da Declaração Balfour”; achava Zangwill que Sir Herbert Samuel era “demasiado tímido” para a espinhosa tarefa de estabelecer um lar nacional judaico num ambiente já então predominantemente hostil.

A 10 de julho desembarcou em Jaffa, de bordo de um navio de guerra, o primeiro alto-comissário britânico para a Palestina. No dia 7 tomou posse, lendo nessa ocasião uma mensagem do rei Jorge V, da qual queremos destacar o seguinte trecho:

Sabeis que as Potências Aliadas e Associadas decidiram que sejam adotadas medidas para assegurar o estabelecimento gradual na Palestina de um Lar Nacional para o povo judeu. Tais medidas de maneira alguma afetarão os direitos civis e religiosos ou reduzirão a prosperidade da população geral da Palestina. O Alto-Comissário que nomeei para desempenhar essa missão o fará, estou confiante, com eficiência e todo o coração, esforçando-se por promover de todas as maneiras possíveis o bem-estar e a união de todas as classes e seções entre vós.

Podemos afirmar desde logo que a administração desse judeu inglês (suas possíveis boas intenções à parte) revelar-se-ia bastante infeliz – no afã de não dar margem à mais leve suspeita de parcialidade para com os judeus, caiu no extremo oposto, vindo a tomar várias medidas grandemente prejudiciais aos sionistas. (Isso não impediria a revista *Time* de dizer, noticiando em fevereiro de 1963 o falecimento de Sir Herbert Samuel – ocorrido em Londres aos 92 anos de idade – que “ele pôs de lado seus sentimentos pessoais como judeu, governando árabes e judeus antagônicos com rara justiça e capacidade criadora”. Tudo é, evidentemente, uma questão de ponto de vista.).

Outra medida extremamente criticável seria tomada no início de 1921, ao ser a Palestina colocada sob a jurisdição do Colonial Office. Seus membros, com aquela mentalidade característica adquirida pelo hábito de lidar com populações nativas semibárbaras, encaravam a Palestina como simples colônia. A Declaração Balfour era para eles algo de absurdo, de

incompreensível; de um modo geral detestavam os judeus, mormente por quererem estes fazer-lhes ver que não eram selvagens e possuíam uma cultura pelo menos igual à dos burocratas do Colonial Office⁴⁷. O Prof. Dunner explica da seguinte forma essa atitude dos administradores britânicos:

Não estava no sangue dos homens do Colonial Office cooperar com um grupo ativo de pioneiros judeus na tarefa de construir um lar. Eles gostavam mais dos árabes. Este ao menos se comportavam como “nativos” supostamente deveriam fazê-lo. Sua *jeunesse dorée*, treinada em universidades europeias e americanas, sabia como jogar tênis e beber chá às cinco da tarde. As classes baixas eram simplesmente sufocadas. Do ponto de vista do funcionário colonial, o judeu, que tinha menos tempo para chá e tênis, era um intruso indesejável.

No dia 1º de maio de 1921 um bando árabe, aproveitando-se de um conflito surgido por ocasião de um desfile comemorativo do Dia do Trabalho, atacou o escritório sionista de imigração em Jaffa, matando 13 pessoas⁴⁸. Nas proximidades dessa cidade, o jornalista e escritor Joseph Chaim Brenner (autor de novelas e contos que figuram entre os melhores da literatura hebraica deste século) foi assassinado com toda sua família. Nos seis dias subsequentes os alvos dos ataques árabes foram várias colônias agrícolas, aumentando o número de vítimas para um total calculado em 88 mortos e 238 feridos. Principal providência tomada por Sir Herbert Samuel: mandou suspender a imigração judaica...

Decepções muito maiores, porém, ainda estavam por vir. Mas sobre isso, mais adiante. Interessa-nos agora examinar alguns aspectos relacionados especificamente com o movimento sionista. Vamos, então, retroceder um pouco.

A Declaração Balfour foi, sem dúvida, um estímulo poderoso para o desenvolvimento e ampliação das associações sionistas em quase todas as partes do mundo; o progresso mais sensível, a princípio, foi alcançado na Inglaterra e nos Domínios Britânicos, e em escala apenas um pouco menor

⁴⁷ Ao tempo da Segunda Guerra Mundial o parlamentar protestante Lord Wedgwood afirmou perante seus colegas: “Toda a dificuldade na Palestina está em que a Administração não gosta de judeus. Já tivemos 22 anos dessa constante tendência antijudaica”.

⁴⁸ Com esses incidentes em Jaffa o crescimento de Tel Aviv tomara um grande impulso.

nos Estados Unidos. Um caso à parte, contudo, era constituído pelos três milhões de judeus que permaneciam na Rússia após a revolução bolchevista de 1917 – completamente isolados das comunidades judaicas de outros países, estavam proibidos de exercer qualquer atividade sionista (o sionismo era considerado um movimento contrarrevolucionário).

Terminada a guerra, convocaram alguns líderes sionistas uma conferência em Londres (fevereiro de 1919). Compareceram delegados de países aliados e neutros, com exceção dos Estados Unidos, ficando decidido estabelecer na capital britânica um Escritório Central da Organização Sionista (o que seria feito em março) para coordenar o desenvolvimento da colonização judaica na Palestina. Pouco depois, em junho, reuniu-se, novamente em Londres, o antigo Comitê Executivo da Organização Sionista, comparecendo dessa vez uma delegação americana chefiada pelo juiz Brandeis e da qual também fazia parte o Dr. Frankfurter. Essas duas reuniões, porém, foram apenas preparatórias para uma conferência bem mais significativa a se realizar no ano seguinte, ainda na capital inglesa.

A Conferência Sionista de 1920 – a mais importante reunião sionista desde 1913 (ano do 11º Congresso) – teve praticamente as funções de um congresso. A inauguração deu-se a 5 de julho, na presença de 250 delegados⁴⁹ e sob a presidência honorária do Dr. Max Nordau. O juiz Brandeis foi eleito presidente honorário da Organização Sionista, e o Dr. Weizmann presidente efetivo. Aprovaram-se numerosas resoluções, entre as quais uma afirmando que “no momento em que o povo judeu se prepara para concentrar suas energias na reconstrução do seu lar histórico, ele solenemente declara sua determinação de viver em paz e amigavelmente com a população não judaica”. Ficou decidido que a tarefa de regular a imigração na Palestina deveria caber a um Escritório Central de Imigração, a ser instalado naquele país o mais breve possível, estabelecendo-se concomitantemente Escritórios Palestinos em todos os países capazes de fornecer contingentes de jovens imigrantes. Este – conhecidos pela denominação de *halutzim* (significando “pioneiros”) – deveriam possuir instrução agrícola ou profissional, conhecer o hebraico e estar fisicamente aptos ao árduo trabalho que os aguardava.

⁴⁹ Entre eles Ben-Gurion, representando os trabalhadores judeus da Palestina.

Questões financeiras motivaram séria divergência entre delegados norte-americanos e europeus. Achavam o juiz Brandeis e seus liderados que o dinheiro proveniente de doações e contribuições voluntárias deveria ser aplicado unicamente em serviços públicos que interessassem diretamente toda a comunidade (tais como educação, saúde e imigração), excluindo se por conseguinte quaisquer empreendimentos comerciais. Apesar da enérgica posição americana, aprovou a Conferência o estabelecimento de um “fundo de imigração e colonização” denominado Keren Hayesod, destinado tanto ao financiamento de serviços públicos quanto de empresas de natureza comercial⁵⁰. (A ideia básica do Keren Hayesod, devida a Issac Naiditch, era a da autotaxação dos judeus de todo o mundo, de acordo com o capital e a renda de cada um, para a reconstrução da Palestina.).

No dia 12 de julho, como parte integrante da Conferência, realizou-se uma grande reunião pública no Albert Hall. Compareceram cerca de 12 000 pessoas, inclusive figuras destacadas da política britânica como Balfour, Lord Crewe e Lord Robert Cecil. Nessa ocasião Nordau advertiu os judeus sobre o significado real da Declaração Balfour, procurando fazer-lhe ver que não se deveriam deixar levar por um otimismo exagerado, e que muitos esforços seriam ainda necessários para alcançar o objetivo almejado, por tantos erroneamente julgado bem próximo.

O 12º Congresso Sionista – o mais imponente e grandioso dos até então realizados – reuniu-se, na primeira quinzena de setembro de 1921, na cidade balneária tcheca de Karlovy Vary (talvez mais conhecida pelo seu nome alemão: Karlsbad). À solene sessão inaugural compareceu o embaixador britânico em Praga, Sir George Clark, que transmitiu aos presentes uma mensagem de simpatia de seu governo reafirmando os termos da Declaração Balfour⁵¹.

Estavam presentes (Sokolow presidindo) cerca de 450 delegados. Das várias facções políticas em que se dividiam, salientavam-se três grupos

⁵⁰ No ano seguinte, em consequência de sua derrota na Convenção Sionista de Cleveland, o grupo de Brandeis se afastaria da direção do sionismo americano. (A presidência da Organização Sionista da América foi assumida por Louis Lipsky, que nela se manteria até 1930.).

⁵¹ Tornou-se praxe, mantida até 1937, o comparecimento de um diplomata britânico às sessões de abertura dos congressos sionistas. Em 1939, porém, não teve mais o governo britânico a audácia de cumprir essa formalidade, que vinha se tornando cada vez mais cínica.

principais: os Sionistas Gerais, partido de centro, tipicamente conservador e burguês; o Mizrachi, partido religioso ortodoxo⁵²; e uma coligação de partidos trabalhistas, sensivelmente inclinados para a esquerda.

Além de ratificar decisões tomadas no ano anterior pela Conferência de Londres, aprovou o Congresso novas resoluções relativas ao desenvolvimento da Palestina, inclusive quanto ao estabelecimento de colônias em regiões até então inaproveitadas por serem zonas infestadas de malária. Severas críticas foram feitas a Sir Herbert Samuel por sua atitude complacente para com os agitadores árabes por ocasião dos distúrbios ocorridos quatro meses antes.

Os estatutos da Organização Sionista foram reformados para atender ao seu crescimento. O número de membros do Executivo foi ampliado, passando para um máximo de 15, dos quais alguns deveriam residir em Jerusalém (ficaria assim o movimento com duas sedes – uma em Londres e outra em Jerusalém). O Dr. Weizmann foi reeleito presidente da Organização.

Com as reformas então introduzidas, ficou a Organização aparelhada para as variadas e difíceis funções que lhe caberiam em seus diversos ramos de atividade. Longe estavam, porém, de qualquer previsão dos tremendos obstáculos com que se procuraria ainda barrar seu caminho.

⁵²O Mizrachi foi fundado (por sugestão de Herzl) em Vilna, no ano de 1902, pelo rabino Isaac Jacob Reines. Seu objetivo era “perpetuar e desenvolver a vida nacional judaica no espírito da tradição”. Seus adeptos davam grande ênfase ao ritual judaico, à observância do sábado e dos feriados tradicionais, e a um sistema de educação religiosa.